



OFÍCIO MENSAGEM Nº 151 /2022/CASA CIVIL

Goiânia, 23 de junho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual Lissauer Vieira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Maguito Vilela
74884-120 Goiânia/GO

Assunto: Autorização para doação de imóvel.

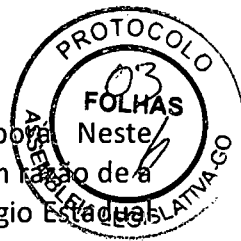
Senhor Presidente,

1 Encaminho à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o incluso projeto de lei ordinária que busca autorizar o Poder Executivo a alienar, mediante doação onerosa ao Município de Jaupaci/GO, imóvel de 1.824,00 m² (mil e oitocentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias de 611,68 m² (seiscentos e onze metros e sessenta e oito decímetros quadrados), onde funcionou o Colégio Estadual Joaquim Francisco Victor, com estrutura física em placas. Ele se localiza na Rua Guarda-Mor, esquina com a Rua Antônio Eduardo de Souza, na mesma municipalidade, e está especificado no Anexo Único do projeto de lei.

2 Em atendimento ao art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 2º do projeto de lei evidencia a avaliação do imóvel, estabelecida em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme o Laudo de Avaliação para Doação nº 90/2021, da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis – GEVAI, da Superintendência Central de Patrimônio, da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, constituinte do Processo nº 202018037005661. Já o art. 3º do projeto de lei dispõe que o bem se destina, com a realização de investimentos municipais, à construção de feira coberta para atendimento aos pequenos produtores residentes em assentamentos rurais, no prazo de 2 (dois) anos. Por último, o art. 4º determina que a doação será realizada com cláusula de inalienabilidade e de reversão do imóvel ao doador no caso de descumprimento dos encargos especificados no art. 3º. Informa-se também que consta dos autos, em atendimento ao exigido pelo art. 69, inciso XII, da Constituição estadual, o comprovante de dotação orçamentária do ano de 2022, para o recebimento da doação.

3 A Secretaria de Estado da Educação, mediante a Manifestação nº 13/2022/SEDUC/CPI-18569 (SEI nº 000028473564), da sua titular, se manifestou favoravelmente à doação com base no Relatório de Estudo de Rede nº 6/2022/SEDUC/GEARE-12034, da Gerência de Avaliação da Rede Escolar e Estatísticas Educacionais, e no Despacho nº





46/2022/SEDUC/CRE-IPORÁ-00135 da Coordenação Regional de Educação de Iporá. No último expediente, o coordenador declarou-se de acordo com o negócio jurídico, em razão de a clientela da rede estadual de ensino do município ser totalmente atendida no Colégio Estadual Getúlio Vargas.

4 Por sua vez, a Secretária de Estado da Administração substituta, via o Despacho nº 961/2022/SEAD/GERIM-02868 (SEI nº 000028859872), evidenciou a conveniência e a oportunidade da doação do imóvel de propriedade do Estado de Goiás. Ela adotou as razões contidas no Despacho nº 958/2022/SEAD/GERIM-02868 (SEI nº 000028857988), no qual o Superintendente Central de Patrimônio entendeu principalmente que o feito foi completamente instruído nos termos do *checklist* instituído pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE.

5 A Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente – PPMA, por meio do Despacho nº 1.933/2022/PGE/PPMA-09783 (SEI nº 000030432098), do Procurador-Chefe, que aprovou o Parecer nº 163/2022/PGE/PPMA-09783 (SEI nº 000029219733), indicou a regularidade jurídica da propositura. A parecerista pontuou que, conforme os itens 67 e 68 da Nota Técnica nº 3/2021/GAPGE-10030, da PGE, a doação de imóvel entre entes públicos somente está vedada nos três meses anteriores ao pleito eleitoral, consoante a alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

6 Ante o exposto, envio o anexo projeto de lei a essa Casa Legislativa com a expectativa de vê-lo apreciado e aprovado. Solicito também a Vossa Excelência, para tanto, que ele tenha a tramitação especial a que se refere o art. 22 da Constituição estadual.

Atenciosamente,


RONALDO CAIADO
Governador do Estado





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



PROJETO DE LEI Nº _____, DE _____ DE 2022

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica, mediante doação onerosa ao Município de Jaupaci/GO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10, inciso XI, da Constituição estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar, mediante doação onerosa ao Município de Jaupaci/GO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Guarda-Mor, esquina com a Rua Presidente Dutra, Quadra I, Setor Alto da Glória, CNPJ nº 01.767.342/0001-02, o imóvel de 1.824,00 m² (mil e oitocentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias de 611,68 m² (seiscentos e onze metros e sessenta e oito décimos quadrados), situado na Rua Guarda-Mor, esquina com a Rua Antônio Eduardo de Souza, na mesma municipalidade, especificado no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O imóvel descrito e caracterizado no Anexo Único desta Lei está avaliado em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme o Laudo de Avaliação para Doação nº 90/2021, da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis – GEVAI, da Superintendência Central de Patrimônio, da Secretaria de Estado da Administração – SEAD.

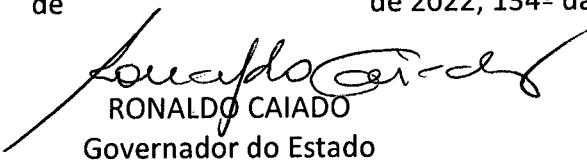
Art. 3º O bem de que trata o art. 1º desta Lei se destina, com a realização de investimentos municipais, à construção de feira coberta, com a finalidade de atendimento aos pequenos produtores residentes em assentamentos rurais, no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 4º A doação autorizada será realizada com a cláusula de inalienabilidade e de reversão do imóvel ao doador em caso de descumprimento do disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Compete ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 5º, inciso XII, da Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 95, de 29 de outubro de 2012, a apreciação da minuta da escritura pública de doação do imóvel de que trata esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, _____ de _____ de 2022; 134º da República.


RONALDO CAIADO
Governador do Estado

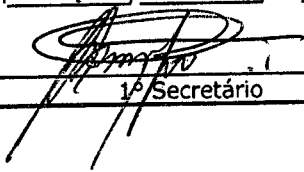


ANEXO ÚNICO



IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO A SER ALIENADO, MEDIANTE DOAÇÃO ONEROSA, AO MUNICÍPIO DE JAUPACI/GO	
LOCALIZAÇÃO	Rua Guarda-Mor, esquina com a Avenida Antônio Eduardo de Souza, Jaupaci/GO
ÁREA	1.824,00 m ² com 611,68 m ² de benfeitorias
MATRÍCULA	Nº 786 – Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Jaupaci/GO
DISCRIMINAÇÃO DO IMÓVEL	Sua frente para a Rua Guarda-Mor, medindo 32,00 m mais 12,00 m de chanfrado. O fundo divide com a Escola Municipal Pré-Escolar Geraldo de Oliveira, medindo 52,00 m. O lado esquerdo divide com o Lote nº 1, de propriedade de Divina Teixeira de Macedo, medindo 44,00 m. O lado direito divide com a Avenida Antônio Eduardo de Souza, medindo 32,00 m.



À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em 29 / 06 / 20 22

1º Secretário

PROCESSO LEGISLATIVO
2022010257

Autuação: 23/06/2022

Nº OII.MSQ: 151-Q

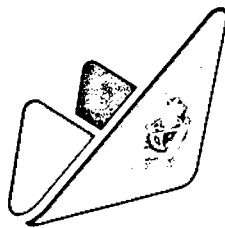
Origem: GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS

Autor: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ALIENAR O IMÓVEL
QUE ESPECIFICA, MEDIANTE DOAÇÃO ONEROSA AO MUNICÍPIO DE
JAUPACI/GO.



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA



OFÍCIO MENSAGEM Nº 151 /2022/CASA CIVIL

Goiânia, 23 de junho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual Lissauer Vieira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Maguito Vilela
74884-120 Goiânia/GO

Assunto: Autorização para doação de imóvel.

Senhor Presidente,

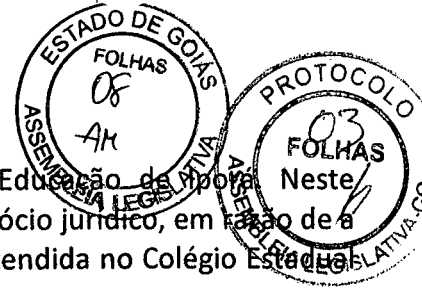
1 Encaminho à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o incluso projeto de lei ordinária que busca autorizar o Poder Executivo a alienar, mediante doação onerosa ao Município de Jaupaci/GO, imóvel de 1.824,00 m² (mil e oitocentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias de 611,68 m² (seiscentos e onze metros e sessenta e oito décimos quadrados), onde funcionou o Colégio Estadual Joaquim Francisco Victor, com estrutura física em placas. Ele se localiza na Rua Guarda-Mor, esquina com a Rua Antônio Eduardo de Souza, na mesma municipalidade, e está especificado no Anexo Único do projeto de lei.

2 Em atendimento ao art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 2º do projeto de lei evidencia a avaliação do imóvel, estabelecida em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme o Laudo de Avaliação para Doação nº 90/2021, da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis – GEVAI, da Superintendência Central de Patrimônio, da Secretaria de Estado da Administração – SEAD, constituinte do Processo nº 202018037005661. Já o art. 3º do projeto de lei dispõe que o bem se destina, com a realização de investimentos municipais, à construção de feira coberta para atendimento aos pequenos produtores residentes em assentamentos rurais, no prazo de 2 (dois) anos. Por último, o art. 4º determina que a doação será realizada com cláusula de inalienabilidade e de reversão do imóvel ao doador no caso de descumprimento dos encargos especificados no art. 3º. Informa-se também que consta dos autos, em atendimento ao exigido pelo art. 69, inciso XII, da Constituição estadual, o comprovante de dotação orçamentária do ano de 2022, para o recebimento da doação.

3 A Secretaria de Estado da Educação, mediante a Manifestação nº 13/2022/SEDUC/CPI-18569 (SEI nº 000028473564), da sua titular, se manifestou favoravelmente à doação com base no Relatório de Estudo de Rede nº 6/2022/SEDUC/GEARE-12034, da Gerência de Avaliação da Rede Escolar e Estatísticas Educacionais, e no Despacho nº



46/2022/SEDUC/CRE-IPORÁ-00135 da Coordenação Regional de Educação de Iporá. Neste último expediente, o coordenador declarou-se de acordo com o negócio jurídico, em razão de a clientela da rede estadual de ensino do município ser totalmente atendida no Colégio Estadual Getúlio Vargas.

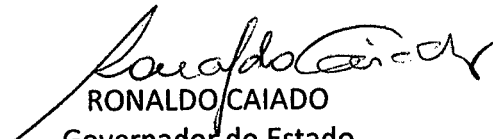


4 Por sua vez, a Secretária de Estado da Administração substituta, via o Despacho nº 961/2022/SEAD/GERIM-02868 (SEI nº 000028859872), evidenciou a conveniência e a oportunidade da doação do imóvel de propriedade do Estado de Goiás. Ela adotou as razões contidas no Despacho nº 958/2022/SEAD/GERIM-02868 (SEI nº 000028857988), no qual o Superintendente Central de Patrimônio entendeu principalmente que o feito foi completamente instruído nos termos do *checklist* instituído pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE.

5 A Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente – PPMA, por meio do Despacho nº 1.933/2022/PGE/PPMA-09783 (SEI nº 000030432098), do Procurador-Chefe, que aprovou o Parecer nº 163/2022/PGE/PPMA-09783 (SEI nº 000029219733), indicou a regularidade jurídica da propositura. A parecerista pontuou que, conforme os itens 67 e 68 da Nota Técnica nº 3/2021/GAPGE-10030, da PGE, a doação de imóvel entre entes públicos somente está vedada nos três meses anteriores ao pleito eleitoral, consoante a alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

6 Ante o exposto, envio o anexo projeto de lei a essa Casa Legislativa com a expectativa de vê-lo apreciado e aprovado. Solicito também a Vossa Excelência, para tanto, que ele tenha a tramitação especial a que se refere o art. 22 da Constituição estadual.

Atenciosamente,


RONALDO CAIADO
Governador do Estado





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



PROJETO DE LEI Nº

, DE

DE

DE 2022

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica, mediante doação onerosa ao Município de Jaupaci/GO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10, inciso XI, da Constituição estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar, mediante doação onerosa ao Município de Jaupaci/GO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Guarda-Mor, esquina com a Rua Presidente Dutra, Quadra I, Setor Alto da Glória, CNPJ nº 01.767.342/0001-02, o imóvel de 1.824,00 m² (mil e oitocentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias de 611,68 m² (seiscentos e onze metros e sessenta e oito decímetros quadrados), situado na Rua Guarda-Mor, esquina com a Rua Antônio Eduardo de Souza, na mesma municipalidade, especificado no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O imóvel descrito e caracterizado no Anexo Único desta Lei está avaliado em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme o Laudo de Avaliação para Doação nº 90/2021, da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis – GEVAI, da Superintendência Central de Patrimônio, da Secretaria de Estado da Administração – SEAD.

Art. 3º O bem de que trata o art. 1º desta Lei se destina, com a realização de investimentos municipais, à construção de feira coberta, com a finalidade de atendimento aos pequenos produtores residentes em assentamentos rurais, no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 4º A doação autorizada será realizada com a cláusula de inalienabilidade e de reversão do imóvel ao doador em caso de descumprimento do disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Compete ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 5º, inciso XII, da Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 95, de 29 de outubro de 2012, a apreciação da minuta da escritura pública de doação do imóvel de que trata esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia,

de

de 2022; 134º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO



IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO ESTADO DE GOIÁS AUTORIZADO A SER ALIENADO, MEDIANTE DOAÇÃO ONEROSA, AO MUNICÍPIO DE JAUPACI/GO	
LOCALIZAÇÃO	Rua Guarda-Mor, esquina com a Avenida Antônio Eduardo de Souza, Jaupaci/GO
ÁREA	1.824,00 m ² com 611,68 m ² de benfeitorias
MATRÍCULA	Nº 786 – Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Jaupaci/GO
DISCRIMINAÇÃO DO IMÓVEL	Sua frente para a Rua Guarda-Mor, medindo 32,00 m mais 12,00 m de chanfrado. O fundo divide com a Escola Municipal Pré-Escolar Geraldo de Oliveira, medindo 52,00 m. O lado esquerdo divide com o Lote nº 1, de propriedade de Divina Teixeira de Macedo, medindo 44,00 m. O lado direito divide com a Avenida Antônio Eduardo de Souza, medindo 32,00 m.



À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em 29 / 06 / 2022


1º Secretário